

## Os desafios da igualdade para as mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e da diáspora

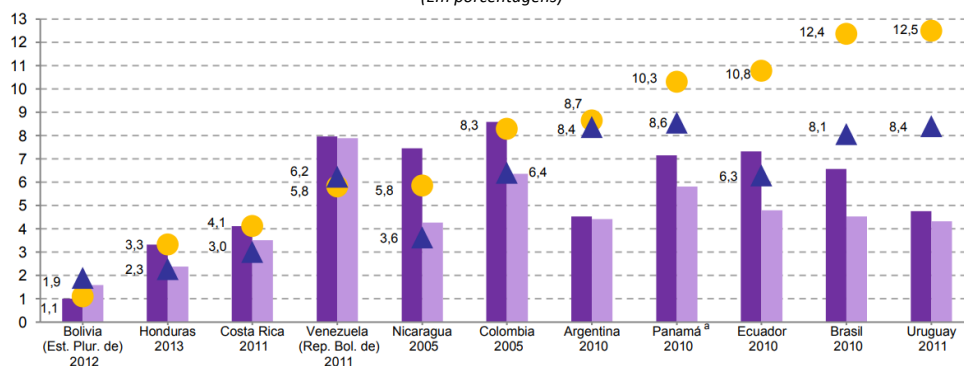
A situação atual que vivem as mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe mostra a persistência de profundas desigualdades frente a outros grupos sociais. Elas permanecem ignoradas ao momento de definir políticas em comparação com o resto da população, estão sub-representadas nos processos de tomada de decisões e veem mais vulnerados seu direito e o de suas comunidades de viver vidas livres de violência. A isto se soma a ausência ou debilidade nas estatísticas oficiais dos países, situação que dificulta a elaboração de políticas de igualdade de gênero que transformem e saldem a histórica dívida de igualdade dos Estados e sociedades da região com esta população.

Os ingressos totais médios das mulheres afrodescendentes, calculados em 1,9 linhas de pobreza, superam por pouco a linha de vulnerabilidade à pobreza definida pela CEPAL (1,8 linhas de pobreza); o que no contexto recessivo que vive a região atualmente, mostra a probabilidade de uma queda iminente em situação de pobreza.

As jovens afrodescendentes entre 18 e 24 anos representam o grupo com as menores taxas de assistência a um sistema educativo superior em seis países da região (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Uruguai y a República Bolivariana da Venezuela), logo após os jovens afrodescendentes. Por sua vez, entre as pessoas de maior nível educativo (oito anos e mais de instrução), elas se situam, após os homens e as mulheres indígenas, no extremo inferior da escala de ingressos, o que demonstra que as conquistas em matéria educativa se recompensam no mercado laboral de maneira assimétrica por razões étnico-raciais e de gênero.

O grupo mais afetado pelo desemprego em cinco dos 11 países da região com dados disponíveis está conformado por mulheres afrodescendentes, e na Argentina, Brasil e Uruguai, elas são pelo menos o dobro dos homens não afrodescendentes na mesma situação (gráfico 1).

**Gráfico 1**  
**América Latina (11 países): desemprego de pessoas de 15 anos e mais, segundo a condição étnico-racial, último ano disponível**  
(Em porcentagens)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina y o Caribe (CEPAL), Divisão de População - CELADE. Processamento especial das bases de microdados censais.  
**Notas:** Não inclui a população indígena, nem os casos ignorados de condição étnico-racial. <sup>a</sup> No Panamá se excluíram os casos não declarados de idade.

As mulheres afrodescendentes estão localizadas, junto às indígenas, nos setores de menor valor e reconhecimento no mercado de trabalho, como é o caso do trabalho doméstico remunerado, que chega a empregar entre 13 e 21% do total de mulheres afrodescendentes maiores de 15 anos em países como Brasil, Costa Rica e Equador. Além disso, estas apresentam taxas de filiação aos sistemas de pensões menores que os homens e mulheres não afrodescendentes para todos os países que dispõem de dados (Brasil, Equador, Peru e Uruguai), o que as expõe a menores graus de proteção social e maior vulnerabilidade, principalmente durante a terceira idade.

As diferenças observadas no que se refere à mortalidade materna atestam o fato de que a condição étnico-racial impacta de maneira determinante na autonomia física das mulheres. No Brasil, a razão de mortalidade materna das mulheres negras é 1,4

vezes maior que a das não negras; enquanto que, na Colômbia e Equador, esta é superior ao total nacional em 2,3 e 4 vezes, respectivamente. Equador, além disso, é o país da região que apresenta as maiores taxas de maternidade entre as jovens afrodescendentes: uma quarta parte das adolescentes entre 15 e 19 anos são mães neste país. Nicarágua, Venezuela e Colômbia apresentam uma tendência parecida, onde aproximadamente um quinto das jovens afrodescendentes teve filhos.

Por sua vez, a violência racista e de gênero expõe as mulheres afrodescendentes a maiores níveis de vulnerabilidade nos distintos âmbitos de suas vidas. No Uruguai, os níveis de violência sofridos pelas mulheres afrodescendentes na esfera educativa são mais que o dobro daqueles observados entre as mulheres não afrodescendentes. No Brasil, os homicídios de mulheres negras observaram um crescimento de cerca de 54% entre 2003 e 2013, enquanto a cifra referente às mulheres brancas diminuiu quase 10% no mesmo período.

A violência política contra as mulheres, expressão patriarcal que busca perpetuar a concentração do poder e as relações de hierarquia no âmbito público, se evidencia nos últimos anos e atua buscando deter as lideranças de mulheres afrodescendentes, obstruindo seu atuar social e político. As perseguições, ameaças e assassinatos de mulheres negras que ocupam cargos eletivos no Brasil, ou de líderes sociais na Colômbia são exemplos recentes deste fenômeno, que se manifesta de modo extremo principalmente contra aquelas mulheres que trabalham a nível local.

Isto é particularmente grave dado a que, em sete dos países com maior população afrodescendente da América Latina, se observa uma baixa presença de mulheres afrodescendentes nos parlamentos nacionais, que vai desde a sua absoluta ausência na Colômbia, Costa Rica e Uruguai, até um máximo de 3,7% no Equador, no ano 2013.

O estudo “Mulheres afrodescendentes na América Latina e Caribe: Dívidas de igualdade” oferece evidências que permitirão avançar em direção a políticas transformadoras que reflitam um dos grandes desafios da Agenda 2030 na América Latina e Caribe: alcançar a igualdade de gênero em perspectiva interseccional, que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial existente na região. O estudo também reconhece que, apesar das complexas discriminações que vivem, estas mulheres são sujeitas e agentes de sua história, e que com suas lutas cotidianas contra a injustiça e a desigualdade, cumpriram um papel fundamental nos processos de formação nacional e aportam de maneira substantiva ao desenvolvimento de suas comunidades e coletivos.

### **Recomendações para políticas públicas transformadoras**

- Avançar na incorporação da variável étnico-racial nas estatísticas nacionais, sejam censos, pesquisas de domicílios ou registros administrativos setoriais, permitindo documentar a situação das mulheres afrodescendentes.
- Implementar medidas concretas para a inclusão sustentável de mulheres afrodescendentes no emprego formal, que também permita avançar especificamente na proteção legal das e dos trabalhadores domésticos remunerados na região, garantindo-lhes proteção social e o direito a uma vida digna durante a terceira idade.
- Definir intervenções prioritárias no âmbito da saúde, dados os problemas reais que afetam as mulheres afrodescendentes nos diferentes contextos.
- Investir em políticas que fomentem a inclusão e participação de mulheres afrodescendentes nos espaços de tomada de decisões em todos os níveis do Estado, garantindo tanto sua integridade física, como a de suas comunidades.

*Sem igualdade de gênero, o desenvolvimento sustentável não desenvolvimento, nem é sustentável*

### **Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL**

<https://www.cepal.org/pt-br/areas-de-trabalho/assuntos-de-genero>

<https://oig.cepal.org/pt>

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/43746-mujeres-afrodescendientes-america-latina-caribe-deudas-igualdad>